



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Permanecem na pauta do plenário, desde a semana passada, os três requerimentos de regime de urgência para os seguintes projetos de lei:

1. PL 2832/2021, que institui o *Dia Nacional do Cristão*;
2. PL 4188/2020, que dispõe sobre as Garantias e Direitos Fundamentais ao *Livre Exercício da Crença e dos Cultos Religiosos*;
3. PL 4606/2019, que veda qualquer alteração, edição, supressão, adição ou adaptação aos textos dos livros da *Bíblia Sagrada*.

COMISSÕES NA CÂMARA

Comissões Permanentes

Foram eleitos os presidentes das Comissões Permanentes da Câmara. Destacamos alguns de importância estratégica para as pautas que acompanhamos:

1. O dep. João Daniel (PT-SE) foi eleito presidente da *Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia* (CINDRA).
2. O dep. Orlando Silva (PCdoB-SP) foi eleito, por unanimidade, presidente da *Comissão de Direitos Humanos e Minorias* (CDHM).
3. O dep. Pedro Uczai (PT-SC) foi eleito para a presidência da *Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados* (CLP).
4. O dep. Fernando Giacobbo (PL-PR) foi eleito para a *Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural* (CAPADR).
5. O dep. Covatti Filho (PP-RS) foi eleito para a comissão de *Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável* (CMADS). Ruralista, o deputado é autor de um dos textos que inspirou o Projeto de Lei nº 6299/02, conhecido como "PL do Veneno".
6. O dep. Arthur Oliveira Maia (União-BA) foi eleito para a *Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania* (CCJC), a mais importante da Casa e por onde passam todas as propostas legislativas. Maia, que é ruralista, foi relator do PL 490/2007 que altera o processo de demarcação dos territórios indígenas.
7. O dep. Fabio Schiochet (União-SC) ficará à frente da *Comissão de Minas e Energia* (CME). Antes de assumir o colegiado, o deputado percorreu o sul de Santa Catarina, para se encontrar com empresários do setor e mineradores.

Comissão de Direitos Humanos e Minorias

A dep. Joênia Whapichana (REDE-RR) e outros cinco parlamentares da bancada do PT apresentarão à CDHM, amanhã (04/05), um Requerimento de Convocação do Ministro da Justiça, Anderson Torres, para que compareça à Comissão a fim de explicar sobre os *crimes dos garimpeiros na Terra Indígena Yanomami*.

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

A CCJC irá deliberar sobre o requerimento da dep. Joênia Whapichana (REDE-RR), subscrito pelos deputados Patrus Ananias (PT-MG), José Ricardo (PT-AM), Áurea Carolina (PSOL-

MG), Waldenor Pereira (PT-BA), Rosa Neide (PT-MT), Fernanda Melchionna (PSOL-RS), Maria do Rosário (PT-RS), Luiza Erundina (PSOL-SP), Talíria Petrone (PSOL-RJ), Glauber Braga (PSOL-RJ), Sâmia Bomfim (PSOL-SP) e Rodrigo Agostinho (PSB-SP), que propõe a criação de um *Grupo de Trabalho para acompanhar, fazer diligência e propor providências ante à situação de violências e violações a que estão sendo submetidas crianças, adolescentes e mulheres da comunidade Aracaçá, região de Waikás, na Terra Indígena Yanomami*, Estado de Roraima.

SENADO FEDERAL

Está na pauta, para a apreciação do plenário, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 275/2019. De autoria do sen. Chico Rodrigues (União-RR), o projeto propõe que as *linhas de transmissão de energia elétrica* sejam consideradas de relevante interesse público da União para que, assim, possam *atravessar terras indígenas* prescindindo da consulta às comunidades. Na prática, isso significa que poderão ser dispensadas uma série de direitos das comunidades tradicionais e uma série de deveres do Estado brasileiro. O PLP pretende alterar o § 6º do art. 231 da Constituição Federal. A relatoria é do sen. Vanderlan Cardoso (PSD-GO).

OUTROS INFORMES

FPA se reúne com Pacheco para destravar pautas do setor

Membros da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) se reuniram, na última quarta-feira (27/04), com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para falar sobre a tramitação de projetos de lei importantes para o setor. Durante a reunião, os parlamentares debateram sobre os projetos de lei de regularização fundiária (PL 510/2021), licenciamento ambiental (PL 2159/2021), pesticidas (PL 6299/02) e autocontrole (PL 1293/2021), que se encontram no Senado Federal.

STF e o "Pacote verde"

O Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou, na última quinta-feira (28), três decretos do governo Bolsonaro sobre política ambiental. Os ministros julgaram uma ação do partido REDE, que pediu a derrubada dos seguintes decretos:

1. O decreto que excluiu a participação da sociedade civil no conselho deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA);
2. O decreto que, na prática, afastou os governadores dos Estados da Amazônia legal do Conselho Nacional da Amazônia Legal;
3. O decreto que extinguiu o Comitê Organizador do Fundo Amazônia - que implicou no afastamento integral da sociedade civil de manifestações sobre o fundo.

STF retomará julgamento do Marco Temporal

O julgamento sobre a tese do Marco Temporal, parado no STF desde setembro de 2021, deverá ser *retomado no dia 22/06*. Até a interrupção, haviam votado o relator, ministro Edson Fachin, contra o marco temporal, e o ministro Nunes Marques, favorável a tese.